



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 868

00038 ETIQUETA

DATA  
07/02/2019

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 868, de 2018

AUTOR  
Dep. André Figueiredo

Nº PRONTUÁRIO

TIPO  
1 ( ) SUPRESSIVA    2 ( ) SUBSTITUTIVA    3 (X) MODIFICATIVA    4 ( ) ADITIVA    5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

Modifiquem-se os incisos II e III do art. 4º-C da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, alterados pelo art. 2º da Medida Provisória 868, de 27 de dezembro de 2018, que passarão a ter a seguinte redação:

*“Art. 4º-C. A ANA instituirá as normas de referência nacionais para a regulação da prestação de serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras responsáveis, observadas as diretrizes para a função de regulação estabelecidas na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007.*

*§ 1º À ANA caberá estabelecer, entre outras, normas de referência nacionais sobre:*

.....

*II - a regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, com vistas a promover a prestação dos serviços adequada, o uso racional de recursos naturais e o equilíbrio econômico-financeiro das atividades, **observada a modicidade tarifária;***

*III - a padronização dos instrumentos negociais de prestação de serviços públicos de saneamento básico, firmados entre o titular do serviço público e o delegatário, os quais contemplarão metas de qualidade, eficiência e ampliação da cobertura dos serviços, além de especificar a matriz de riscos e os mecanismos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro das atividades, **observada a modicidade tarifária;***

.....”

## ***JUSTIFICATIVA***

Compreendendo-se que é justo adotar medidas para preservar o equilíbrio econômico-financeiro das empresas, devemos reforçar que é igualmente justo e necessário preservar o direito do consumidor à modicidade tarifária. Nesse sentido, devemos manter esse princípio explícito na lei.



**Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO – PDT/CE**  
Brasília, 07 de fevereiro de 2019

